

O MPSP informa que a criação do Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e do Controle Externo da Atividade Policial (GAESP) aperfeiçoou o trabalho da instituição neste campo. Importante ressaltar, todavia, que a atuação do Ministério Público não se restringe ao GAESP, que faz o controle concentrado da atividade policial, trabalhando em conjunto com as forças de segurança no sentido de aprimorar o Procedimentos Operacional Padrão (POP), a formação dos agentes e diversos outros fatores que impactam no sistema de segurança pública. Mas há um grande contingente de promotores de Justiça, em todo o Estado, com atribuição para realizar o controle difuso da atividade policial, ou seja, a conduta específica de cada agente.

A próxima unidade do GAESP deve ser instalada na Baixada Santista, onde o núcleo da capital, em colaboração com os promotores naturais, teve papel importante no esclarecimento dos casos de morte em decorrência de intervenção policial no âmbito das Operações Escudo e Verão.

Destaque-se que o MPSP instaurou um Procedimento Investigatório Criminal para cada uma das mortes decorrentes de intervenção policial, realizando uma investigação independente daquela feita pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, apurações estas que fundamentaram o oferecimento de sete denúncias contra 13 policiais militares.

Durante as investigações realizou-se busca ativa de testemunhas, resultando na oitiva do total de 92 pessoas; 330 filmagens analisadas, somando o total de 166 horas de vídeos; 167 interrogatórios, além de inúmeras perícias realizadas pelo Centro de Apoio à Execução (CAEx).

Toda vez que o promotor de Justiça detecta insuficiência na investigação, toma as medidas cabíveis, viabilizando, assim, o oferecimento da denúncia.

Importante salientar ainda que, em face da atuação do GAESP, não houve mortes durante a Operação Verão 2025 nas mesmas circunstâncias de anos anteriores, demonstrando assim a seriedade com que o MPSP enfrenta o tema.